

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA

ATA DA 340ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

3 DE LONDRINA

1

2

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às 4 treze horas e trinta minutos, no auditório do Hospital Dr° 5 Eulalino Ignácio De Andrade (HZS), após a constatação do quórum 6 7 mínimo necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal De Saúde De Londrina para a 340ª reunião ordinária do CMS, tendo 8 como pauta: 1. Análise e Aprovação Da Pauta Da 340ª Reunião 9 Ordinária do CMS; 2. Prestação De Contas do FMS Referente Aos 10 Meses Maio/Junho/Julho/Agosto de 2022;3. Fluxo De Atendimento 11 12 UPA/PAI/SAMU;4. Análise e Parecer Dos Projetos de Lei Da CML nº 180/2022; 5. 122/2022, 140/2022 е Demanda 13 Conselheiros/Comissões e 6. Informes. A conselheira Vaine 14 Pizolotto -1ª vice-presidente do CMS-, justifica a ausência da 15 presidente Rita Domansky devido a um compromisso profissional, 16 17 assume os trabalhos e coloca a pauta para apreciação do plenário. Vaine propõe inversão do ponto de pauta entre os itens 4 e 2. O 18 19 CMS aprova a pauta com a alteração proposta. De acordo com a nova ordem do dia, o conselho passa então a discutir o ponto de pauta: 20 Análise e Parecer Dos Projetos de Lei Da CML nº 122/2022, 140/2022 21 e 181/2022. A conselheira Vaine Pizolotto inicia diz que a 22 23 Comissão Executiva e propõe o seguinte parecer ao PL nº 122/2022, o qual "Institui o Programa Municipal de Cuidados Paliativos": o 24 projeto é alinhado com a resolução 41/2018, que dispõe sobre as 25 26 diretrizes para organização dos cuidados paliativos, alguns dos cuidados continuados integrados no âmbito do SUS. Foi encaminhado 27 ofício para a SMS solicitando alguns esclarecimentos relacionados 28 29 as perguntas realizadas pela Comissão De Direitos Humanos e Defesa 30 da Cidadania, perguntas estas que são: se o artigo 1º da minuta hospitais públicos de outros entes da 31 inclui localizados na cidade de Londrina, se o artigo 1º da minuta inclui 32 hospitais privados localizados na cidade de Londrina, se o 33 34 paciente poderá consentir ou revogar consentimento a qualquer 35 tempo ao tratamento paliativo, se o paciente poderá aderir ao 36 programa de cuidados paliativos e poderá ainda assim optar por todos os recursos disponíveis para prolongar sua vida. A diretora 37 geral Rosilene Machado (SMS) responde que a SMS fez os seguinte 38 39 esclarecimentos а CMLno tocante aos questionamentos supracitados: inclui sim todos os hospitais públicos de qualquer 40 dos entes federativos dentro da cidade de Londrina, os hospitais 41 privados também estão inclusos na lei e o pacientes pode consentir 42 43 ou não, a qualquer momento, a decisão dele, e a questão de aderir 44 ao programa de cuidados paliativos é um pouco uma falta de



atendimento do que são os cuidados paliativos, inclusive existe 45 um GT de cuidados paliativos e a ideia foi até de ir na CML 46 47 conversar sobre o assunto, pois parece que está sendo tirado o direito do paciente de ter o tratamento necessário para a 48 qualidade de vida, inclusive o prolongamento da vida com 49 qualidade, mas não é nada disso, os cuidados paliativos vão dar 50 justamente essa opção para que a pessoa viva melhor diante da sua 51 situação clínica, ele pode optar por outro método de tratamento, 52 53 mas vai ser preciso um acordo entre o paciente e a pessoa que 54 cuida dele. A conselheira Adriana Sanches (Consoeste) questiona sobre terapias diferenciadas. A diretora geral Rosilene Machado 55 56 (SMS) responde que isso tem sido buscado por pacientes em 57 tratamento de câncer, hoje essas duas terapias não são oferecidas , o PL é para um programa municipal, mas não vai ser possível ter 58 tudo ao mesmo tempo e na mesma velocidade, porém, como está se 59 discutindo um parecer sobre o PL, a SMS fica a disposição para 60 61 estar discutindo outras terapias e ver se é possível ou não 62 implantar. Feito os esclarecimentos, o CMS dá parecer favorável ao Projeto De Lei nº 122/2022, o qual "Institui o Programa 63 64 Municipal de Cuidados Paliativos". Dando sequência as discussões, o plenário passa a analisar o **Projeto De Lei nº 140/2022,** que 65 dispõe sobre a isenção no transporte público para gestantes até 66 4 (quatro) meses após o parto. A conselheira Vaine Pizolotto 67 (Pastoral da Saúde) coloca que a executiva analisou o projeto e 68 emitiu o sequinte parecer para análise do plenário: O CMS solicita 69 o encerramento da tramitação do referido projeto, pois já está 70 71 previsto na lei municipal 8690/2002, então não há necessidade de mais uma legislação sobre mesmo assunto. O conselheiro Lincoln 72 73 Ramos E Silva se abstém da discussão por não ter participado das 74 discussões. O conselheiro Edvaldo Viana diz que não é o CMS que 75 tem prerrogativa e competência para discutir essa questão, pois o dinheiro para bancar a solicitação não sairia da saúde, mas tem 76 alguns vereadores que não sabem nem o que estão fazendo na CML.O 77 78 CMS aprova parecer para que seja encerrada a tramitação do PL 79 140/2022. O conselheiro Edvaldo Viana questiona quem é autor do projeto de lei. Vaine responde que o PL 140/2022 é de autoria da 80 vereadora Mara Boca Aberta. Dando sequencia aos trabalhos, o 81 82 conselho passa a discutir o PL 181/2022, que institui medidas transmissão de doenças 83 permanentes de combate а âmbito de bares, 84 contagiosas no restaurantes, padarias 85 congêneres e dá outras providências. Vaine coloca que o parecer proposto pela Comissão Executiva é favorável desde que seja feito 86 um acréscimo de redação no artigo 162-A: [...] recipientes com 87 álcool 70%, em gel, para a constante [...]. O conselheiro Edmilson 88 Garcia questiona que alguns produtos são álcool em versão spray, 89



então se limitar para gel alguns produtos utilizados poderão ser 90 prejudicados. A conselheira Vaine Pizolotto sugere então que a 91 redação contemple recipientes com álcool 70%, retirando a questão 92 do álcool em gel. A conselheira Adriana Sanches sugere que a 93 redação seja alterada de forma a contemplar diversos tipos de 94 95 ambientes. Vaine Pizolotto responde que a proposta do projeto se destina a bares, restaurantes, padarias e congêneres, então seria 96 preciso outro projeto, lembrando que não compete ao conselho, por 97 exemplo, dar parecer em relação as escolas. O conselheiro Lincoln 98 99 Ramos afirma ser correta a fala de que o conselho não pode interferir legislativo, 100 no no entanto, 0 conselho 101 sugestionar o legislativo para que o projeto possa ser ampliado 102 para outros locais. A diretora Rosilene Machado explica que o projeto trata da transmissão de doenças infectocontagiosas, por 103 isso foi priorizado a questão de bares e restaurantes, já que 104 nestes locais existe o auto servimento e os próprios alimentos 105 106 muitas vezes são fonte de contaminação, então a ideia é tentar 107 evitar maiores contaminações com esses tipos de alimento, então com o projeto de lei foi feito com esta conotação, foi feito 108 109 apenas esta análise, porém, como o próprio Lincoln falou, talvez essa discussão possa sem ampliada para outros tipos de locais, 110 mas para isso seria preciso um estudo antes de se fazer uma 111 112 proposta, então e isso pode ser feito por alguma comissão do CMS. 113 O conselheiro Lincoln Ramos diz que frequenta muitos restaurantes devido a questões do trabalho, nestes últimos meses deve ter 114 frequentando cerca de 30 por toda cidade, como tem o hábito sempre 115 de parar um pouco antes de almoçar e ficar olhando a movimentação 116 , o que tem observado é que praticamente ninquém tem usado o 117 118 álcool gel para higienizar as mãos, então sua dúvida é se o PL é 119 fruto de uma pesquisa que indicou estes locais e , ainda, a 120 resolutividade do álcool gel e se ele é suficiente para produção do efeito desejado, sendo que tudo isso suscitaria não apenas o 121 fornecimento de álcool gel, mas também uma campanha e um trabalho 122 para o estabelecimento cobre a utilização do produto, senão de 123 124 nada adianta. A diretora Rosilene Machado responde que pensava que devido a pandemia a população iria incorporar algumas mudanças 125 a seus hábitos, mas não foi tão efetivo como imaginava, primeiro 126 127 que muitos restaurantes já possuíam pia para lavagem das mãos , que é até melhor para limpeza das mãos, o álcool em gel é mais 128 uma colaboração se não houver como a pessoa lavar as mãos, então 129 130 a justificativa foi neste sentido, mas pode ser colocado no parecer que além do fornecimento deste mecanismo é preciso 131 incentivo do uso no ambiente em questão. O CMS aprova a proposta. 132 O conselheiro Lincoln Ramos se absteve na votação. Sequindo com 133 134 os trabalhos o conselho o conselho passar a discutir o ponto de



pauta: "Prestação de Prestação De Contas do FMS Referente Aos 135 Meses Maio/Junho/Julho/Agosto de *2022"*. A 136 servidora Camila 137 (DGFCS) inicia sequinte apresentação: а https://ldrv.ms/b/s!AtknpxgGwOMTj2RWRB -YIiIZUZQ?e=dpzEUL. 138 conselheiro Edvaldo Viana (Conleste) questiona se continua vindo 139 140 dinheiro federal para a covid. Camila responde que o valor diminuiu, mas continua sendo enviado. O conselheiro Lincoln Ramos 141 relata que todo o período em discussão passou pela análise da 142 143 Comissão De Orçamento E Finanças e a prestação de contas foi aprovada com as ressalvas apontadas na ata da comissão. O senhor 144 Gil faz uso da palavra e inicia dizendo que há vários anos foi 145 146 colocada uma TV na UBS Tóquio e até hoje ela não funciona. Outro 147 setor que que precisa de atenção é o prédio do CID que atende pessoas com AIDS/HIV, trata-se de uma estrutura bastante 148 149 deteriorada e que necessita de melhorias, poderia ao menos ter 150 uma televisão no local O conselheiro Edvaldo Viana diz que 151 qualquer demanda é bem-vindo ao conselho, mas a Camila não tem 152 como responder ao questionamento, pois não é de competência dela. A diretora Rosilene Machado responde que a questão da estrutura 153 154 física do CID está sendo discutido na COMUNIAIDS, sendo que se trata de uma estrutura da 17ª RS cedida ao município, porém, o 155 prédio é compartilhado e há dois anos está sendo tramitada a 156 157 mudança com a diretora Lúcia e tentando trabalhar um projeto de 158 reforma em conjunto com o estado, pois não é um serviço apenas municipal e sim para toda macrorregião. Em relação ao aparelho de 159 TV, vai ver qual é a viabilidade. Em relação a TV do Tóquio, vai 160 ver o que está acontecendo e fará uma devolutiva assim que tiver 161 uma resposta. O senhor Gil questiona sobre o elevador do CID que 162 163 não está funcionando. A diretora Rosilene Machado responde que o elevador faz parte do plano de reestruturação do CID, na época o 164 estado colocou um elevador de carga no local e não perguntou para 165 a SMS se precisava de outro tipo de elevador, mas uma arquiteta 166 167 fez uma proposta de transformar o elevador de carga em um para transporte de pessoas, então tudo isso está no projeto, mas não 168 tem ninguém hoje aqui da 17ª RS para esclarecer como está a 169 tramitação , no entanto, vai cobrar isso da 17ª RS e depois fazer 170 171 a devolutiva para o conselho. Não havendo mais questionamentos o 172 CMS aprova a prestação de contas com ressalvas. Seguindo com os trabalhos o conselho passa ao ponto de pauta "Fluxo De Atendimento 173 UPA/PAI/SAMU". 174 Cleiton (DUES) inicia а apresentação: 175 https://ldrv.ms/b/s!AtknpxgGwOMTj2Np-X0ciWrdiCfW?e=OyNOY0. 176 conselheira Ligia Mara da Silva do Amaral relata que trabalha no PS do HZN e o setor tem uma dificuldade muito grande com os 177 pacientes que chegam, pois eles não vão para lá com os exames, 178 179 é muito raro, então ele já ficou esperando muito tempo e quando



ele chega no hospital ele já está estressado , e quando o hospital 180 precisa que ele faça exame tem de encaminhar, pois o HZS e o HZN 181 não tem mais laboratório, ai é mais tempo de espera para o 182 paciente, diante disso, seria interessante que os pacientes 183 fossem encaminhados com os exames, ou o sistema do hospital e o 184 185 do município conversarem para evitar que o paciente tenha de fazer novos exames, visando economia de gastos e facilitar para o 186 paciente. Cleiton responde que isso existe desde 2019, o sistema 187 188 de raios-x e exames laboratoriais da prefeitura é digital, portanto, todos os hospitais receberam um login no saúdeweb para 189 acesso aos exames, talvez esta informação tenha se perdido dentro 190 191 do hospital, mas está à disposição para encaminhar novamente caso 192 necessário, por isso hoje em dia não se encaminha mais os exames impressos. A conselheira Ligia Mara da Silva do Amaral coloca que 193 gostaria de parabenizar as UPA's, pois na última terça feira o 194 HZN teve uma demanda muito grande no OS, sendo que a maioria das 195 196 procuras foram encaminhamentos fidedignos. Cleiton agradece e 197 responde que a SMS vem trabalhando para melhorar cada vez mais o acesso, claro que ainda existem dificuldades, mas o trabalho está 198 199 sendo feito para que os problemas sejam corrigidos. O conselheiro Fernando Marcucci questiona como é feito o quantitativo de 200 ambulâncias, se é por base populacional, se há necessidade de 201 202 aumentar o número de veículos ou não. Fernando questiona sobre o 203 atendimento com moto e se o mesmo já está funcionando. Cleiton responde que de acordo com a política nacional estabelecida pela 204 portaria 1864, a qual institui o SAMU no Brasil, o preconizado é 205 206 uma ambulância de suporte básico de vida para cada 100 a 150 mil Londrina 5, estaria 207 habitantes, tem ou seja, 208 preconizado, mas pela demanda é possível pleitear uma sexta, e 209 uma ambulância de suporte avançado a cada 350 mil habitantes, 210 Londrina tem 3, mas é porque a cidade atende toda a região num total de aproximadamente 800 mil habitantes. Em relação a 211 motolância, já foi conversado com o Ministério da Saúde, eles 212 fizeram uma devolutiva do caminho correto, pois eles não mandam 213 214 a moto e sim o recurso, mas a SMS tem alguns passos a seguir: 215 primeiro foi feito um ofício para incluir e aprovar na CIR, 216 posteriormente será preciso incluir no PAR, para daí habilitarem no serviço, então isso está sendo feito e aí será 217 colocado a motolância e a cesta básica, sendo que é uma motolância 218 para cada suporte avançado ou uma motolância para cada duas 219 220 unidades de suporte básico, logo, o pedido é de 3 motolâncias, estas motos serão conduzidas pelo enfermeiro ou pelo técnico de 221 enfermagem. O conselheiro Ângelo Barreiros questiona que alguns 222 223 profissionais de UBS's não estão tendo o conhecimento a respeito 224 do funcionamento do Saúdeweb, pois esteve em atendimento em uma



UBS e ao pedir seu exame os funcionários disseram que não tinha 225 acesso ao mesmo, então seria importante que fosse informado a 226 todas as UBS's que é possível acessar os exames em toda rede. 227 médicos atendendo nas 228 Ângelo que sobre os UPA's, plantonistas atendendo, e, por força legal, existe um período que 229 230 eles têm direito ao descanso, logo, gostaria de saber se este período é de duas horas, pois presenciei em uma UPA apenas 2 231 médicos atendendo num período de 2 horas, e aí, quando fez o 232 233 questionamento, não como conselheiro e sim como usuário, percebeu 234 que os funcionários ficaram apavorados e na sequencia os demais médicos começaram a atender. Quando um médico da UPA faz 235 236 encaminhamento de um paciente para uma especialidade, 237 paciente procura a UBS, mas na unidade eles não aceitam esse 238 parecer da UPA, o paciente tem passar por um exame da UBS e terá de marcar uma consulta, então gostaria de saber porque a unidade 239 não aceita o encaminhamento de um profissional da rede. Cleiton 240 241 responde que vai conversar com a atenção básica e reforçar que os exames estão disponíveis em todas as unidades e hospitais. Em 242 relação ao descanso, o horário previsto em lei é de 1 hora a cada 243 244 doze horas trabalhadas, mas pode verificar o que aconteceu no caso citado pelo conselheiro, pode ocorrer alguma situação, mas 245 é importante que no dia seja comunicado a ouvidoria para que seja 246 feito um registro e posterior verificação de quais profissionais 247 estavam atendendo, sendo que com o prontuário eletrônico ficou 248 mais fácil verificar o atendimento. No tocante o encaminhamento 249 médico, há uma lei federal que fala sobre o pedido de exame de 250 alta complexidade feito por um médico de UPA, por exemplo, o 251 médico da unidade não pode fazer um pedido de tomografia , pois 252 253 pelo caminho SUS esse pedido deve sair especificamente de um 254 especialista, então é esse o encaminhamento se o paciente tem uma 255 indicação de exame de alta complexidade e não é emergência, pois se for emergência o SAMU vai regular e levar para o hospital, 256 257 agora esse que necessita é encaminhado para a atenção básica e aí 258 a unidade encaminha para o especialista fazer o pedido, portanto, 259 existe todo um protocolo a ser seguido, nem mesmo o ortopedista da UPA poder fazer o pedido da ressonância, já que depois não 260 libera pelo SUS. O senhor Ângelo Barreiros diz que depois do 261 262 médico da UPA encaminhar para um especialista, o paciente tem de passar também pelo médico da unidade, ou seja, custa duas vezes 263 para o município. Cleiton responde que na urgência e emergência 264 265 o ideal é que o médico solucione o problema para aquele momento 266 e encaminhe o paciente para a atenção básica, para que ela então 267 faça o pedido, mas entende o questionamento, ocorre que muitas vezes o usuário, até mesmo por desconhecimento, procura a urgência 268 269 e emergência em uma situação que poderia ter sido resolvida pela



270 atenção básica. Daniela (DAPS) coloca que o paciente pertence a atenção básica e é necessário que o profissional da unidade o 271 conheça de fato, pois até que chegue à consulta do especialista 272 o acompanhamento é feito pela atenção básica. O conselheiro 273 Jonathan questiona se existe hoje um cronograma de especialistas 274 275 das UPA's, pois há 30 dias esteve na UPA Sabará e havia 8 pacientes esperando há mais de meia hora pelo ortopedista, ao chegar a 276 recepção perguntou se havia ortopedista e o funcionário respondeu 277 278 que teria de esperar, então ligou para a UPA do Jardim do Sol e 279 lá havia médico ortopedista, diante disso, passou a informação para os outros pacientes que estava esperando e eles foram para 280 281 a outra unidade, logo, gostaria de saber se há uma comunicação 282 entre as UPAS para que os funcionários possam orientar os pacientes onde eles devem ir para consequir o atendimento. Cleiton 283 responde que existe essa comunicação, o que aconteceu é que 2 284 ortopedistas da UPA Sabará pediram exoneração, mas já foi feito 285 286 solicitação de concurso, porém, com demora este processo, será 287 feito uma reposição por meio de contratação de horas médicas, mas 288 a SMS tem trabalhado para que na hora da classificação de risco 289 o paciente seja encaminhado e não fique lá esperando, então nos últimos 90 dias está ocorrendo esta dificuldade no serviço por 290 conta destas exonerações. O conselheiro Marco Modesto sugere que 291 292 fluxo apresentado seja disponibilizado para divulgação na 293 imprensa, para que dessa forma a população conheça mais como funciona o serviço, acalmando assim os usuários, seria importante 294 para evitar os problemas de agressão a servidores que tem 295 296 ocorrido, talvez com mais conhecimento do atendimento isso poderia ser evitado. Cleiton responde que a sugestão é valida e 297 298 apresentação será disponibilizada no portal que 299 transparência na página da urgência. A conselheira Adriana 300 Sanches corrobora com a ideia de divulgação das informações a respeito do fluxo de atendimento da urgência e emergência. Cleiton 301 coloca que hoje Londrina tem aproximadamente 540 mil habitantes, 302 303 no ano passado os PA's atenderam aproximadamente 480 mil pessoas, 304 ou seja, seria quase toda a população da cidade passando pelas UPA's e PA's, diariamente o SAMU recebe 600 ligações, destas. 200 305 306 geram atendimento de ambulância, então é um número alto de 307 atendimentos, mas o serviço está sempre tentando melhorar o atendimento, e se a população começar a entender melhor como 308 funciona o serviço, como e quando utilizá-lo, o atendimento de 309 310 uma emergência seria mais rápido. O conselheiro Lincoln Ramos E Silva solicita que a apresentação seja disponibilizada para todos 311 312 conselheiros. Lincoln sugere que a apresentação transformada em um banner e disponibilizar o mesmo nas UBS', ou 313 314 seja, que seja transformado em ações de educação junto



população. Não havendo manifestações na pauta "Demandas 315 Conselheiros/Comissões", o conselho passa a discutir o último 316 ponto de pauta de reunião: Informes. O conselheiro Lincoln Ramos 317 318 E Silva informa que a SMS adquiriu novos informes para 319 vigilância ambiental, então é importante que a população seja 320 informada desta mudança no uniforme dos profissionais. 321 conselheiro Nobuaqui Hasegawa faz uso da palavra que há muitos anos participou do conselho está muito feliz de voltar, a evolução 322 323 no CMS foi fantástica, antigamente o conselho era uma bagunça e 324 as pessoas participavam apenas para brigar, mas o que viu hoje aqui foi dialogo entres todos os segmentos. No tocante a discussão 325 326 sobre o PL para uso de álcool em gel, na verdade é uma questão de 327 comunicação e educação, não adianta colocar algo se não houver 328 conscientização comunicação, educação dos usuários. е 329 comunicação é importante porque o prestador trabalha com protocolos, isso parece ser burocracia, mas na verdade é uma forma 330 331 de organização para que o serviço seja feito de forma mais ágil, 332 mas está feliz com a maturidade do debate no conselho. Não havendo 333 mais assuntos a reunião é encerrada. Esta ata foi digitada pelo 334 servidor Anderson Luiz Oliveira Silva e revisada pela secretária Sandra Bavia. 335

		T
Suplente	Carlos Felipe Marcondes	justificou
	Machado	
Titular	Rosilene Machado	presente
rrcarar	nobliene nacmado	presente
Suplente	Maria Lúcia da Silva Lopes	justificou
		, assumes a
Titular	Joelma Aparecida de Carvalho	Justificou
Titular	Marco Antônio Modesto	Presente
Suplente	Mário Sérgio Gazolli	Presente
_		
Titular	Lincoln Ramos e Silva	Presente
Suplente	Luís Alfredo Gonçalves	Ausente
_	·	
Titular	Ligia Mara da Silva do Amaral	Presente
Suplente	Sandra Maria da Silva Matos	Ausente
_		
Titular	Ester Massae Okamoto Dalla	Justificou
	Costa	
Suplente	Joice Mara Cruciol e Souza	Justificou
Dapichee	Jorde Mara Cración e Douza	Justinicou



Titular	João Batista Martins	Justificou
Suplente	Nadya Christina Silveira Pellizari	Justificou
Titular	Fernando César Marcucci	Presente
Suplente	Flávia Gonçalves	Ausente
Titular	Ana Paula Gracindo	Presente
Suplente	Argeria Serráglio Narciso	Justificou
Titular	Edmilson Garcia	Presente
Suplente	Manoela Germinari Pessoa	Justificou
Titular	Rubia Gomes De Souza Santos	Justificou
Suplente	Nobuaqui Hasegawa	Presente
Titular	Fahd Haddad	Justificou
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	Presente
Titular	Rita Domansky	Justificou
Suplente	Vivian Biazon El Reda Feijó	Justificou
Titular	Reilly Aranda Lopes	Ausente
Suplente	Geraldo Júnior Guilherme	Ausente
Titular	Edvaldo Vianna	Presente
Suplente	Amélia do Nascimento Magrinelli	Presente
Titular	Michelli Cobayashi	Ausente
Suplente	Livaldo Bento	Presente
Titular	Vaine Teresinha P Marques	Presente
Suplente	Teresa Moreschi	Presente
Titular	Adriana Fernandes M. Sanches	Presente
Suplente	Maria Inês Bento Gimenes	Ausente
Titular	Sem indicação	Ausente



Suplente	Ailton de Souza	Ausente
Titular	Wagner Aguiar de Almeida	Presente
Suplente	sem indicação	Ausente
Titular	Faustino Aparecido de Abreu	Presente
Suplente	Alcides Antônio Oliveira	Justificou
Titular	Jonathan dias De Moura	Presente
Suplente	José Lino	Presente
Titular	Eunice Tieko Myamoto	Justificou
Suplente	Carlos Choji Kotinda	Ausente
Titular	Laurito Porto de Lira Filho	Ausente
Suplente	Regina Ferreira de Souza	Ausente
Titular	Jurandir Pinto Rosa	Presente
Suplente	Jair Rodrigues Pereira	Presente
Titular	Ângelo Barreiros	Presente
Suplente	Neide Aparecida Ferreira	Justificou
Titular	Juvira Barbosa Cordeiro	Ausente
Suplente	Maria José Barbosa	Ausente
Titular	Sem indicação	
Suplente	Alexandre Montezin	Ausente